

---

# ENSINO REMOTO E “UNIVERSIDADE EMPREENDEDORA”

Ensino remoto emergencial (ERE), ensino a distância (EaD), ensino híbrido, plataformas digitais didáticas. No que depender de certos burocratas de plantão na USP, bem como de determinados mercados da educação, o Mundo Novo está ao alcance da mão, tanto quanto o “novo normal” pós-pandêmico. Já em abril de 2020, por exemplo, numa “reunião de dirigentes”, a então pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária, Maria Aparecida Moreira Machado (Cidinha), recomendava em apresentação oficial da PRCEU “aproveitar o momento para *criar a cultura digital no nosso corpo docente* em relação a diversas atividades que estes [sic] desempenham” (destaques nossos). Cidinha é candidata a vice-reitora em chapa para a Reitoria encabeçada pelo vice-reitor licenciado Antonio Carlos Hernandez. Ambos certamente contam com o apoio de Edmund Baracat, o pró-reitor de Graduação que lançou edital, em novembro de 2020, destinando a quantia de R\$ 1,5 milhão à finalidade de “estimular a comunidade acadêmica a desenvolver atividades integradas/coordenadas que contemplem a recente experiência de ensino devido à pandemia da Covid-19”. Que rapidez!

Na visão da PRG, os assim chamados “consórcios acadêmicos para a excelência do ensino de graduação” (CAEG) tendem a revelar “maturidade e potencial de uma universidade empreendedora” (surpresa!). Mas atenção: o compartilhamento de infraestruturas pelas unidades consorciadas deve prever “oferecimento de disciplinas obrigatórias e/ou eletivas *exclusivamente no formato híbrido de ensino*” (destaques nossos), e por fim “um plano detalhando as atividades remotas e presenciais é obrigatório e deve ser apresentado para o processo de avaliação”. Em tal ambiente “científico”, o uso de tecnologias de ensino remoto pode vir a calhar para comprimir o custo da força de trabalho docente.

A presente edição procura trazer ao primeiro plano o debate sobre ERE, EaD e temas derivados, à luz das experiências vividas desde março de 2020. Ewout

ter Haar rejeita determinismos tecnológicos (sejam pró ou contra o ensino *online*) e propõe a apropriação de tecnologias pela USP, Fabiana Jardim adverte sobre as ameaças ao RDIDP contidas na perspectiva de ensino híbrido “goela abaixo”. Vanessa do Monte e Mariângela de Araújo desconstroem o modelo de ERE imposto pela “USP que não pode parar”, Plauto Watanabe Aranha analisa a experiência da FORP e enxerga tanto riscos como vantagens no ensino híbrido. Paulo Hebmüller relata como o EaD vem sendo usado pelas instituições privadas de ensino superior como instrumento de precarização da carreira docente.

## CPI da Pandemia

Embora seu relatório final tenha amenizado parte das acusações dirigidas ao presidente da República, a CPI criada no Senado para apurar a conduta do governo Bolsonaro frente à Covid-19 pintou um impressionante retrato da tragédia provocada pela estratégia de disseminação deliberada da pandemia em território nacional. A CPI que indiciou o presidente da República, ministros, ex-ministros, membros do “gabinete paralelo”, parlamentares, empresários e médicos, num total de 78 pessoas, é o centro do bloco sobre conjuntura, que também examina o negacionismo *gourmet* praticado pelo governador João Doria e secundado pela Reitoria da USP.

## Questões de gênero

Antes tarde do que nunca, diz o provérbio. Nesta edição, dois artigos inauguram vigorosamente uma temática até então ausente na história da revista. Suas autoras são Cláudia Vianna e Soraia Chung Saura, com “Questões de gênero, um compromisso científico, político e social”, e Annie Schmaltz Hsiou e Michele Schultz, com “Questões de gênero e a agenda do movimento de mulheres na USP”.

Boa leitura!

O Editor